

-----ATA NÚMERO 41/2019-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,  
REALIZADA EM VINTE E UM DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL  
E DEZANOVE.**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência da Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, estando presentes os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, Paula Freitas Menezes, João Pedro Mendonça Vieira e Rúben Dinarte Silva Abreu. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão – Loja do Muncípe.-----

---Presentes, ainda, Dina Maria Gouveia Freitas Letra e Ana Rita Senusson Valente Machado de Oliveira Gonçalves que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Presidente da Câmara, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, da Confiança, e a Vereadora Ana Cristina Monteiro dos Santos, do CDS/PP, respetivamente.-----

---Estiveram igualmente presentes nesta reunião, os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Machado, Sandra Góis, Énio Câmara e João Beja.-----

---Verificado o quórum, a Vice-Presidente da Câmara, Idalina Perestrelo Luis, declarou aberta a reunião.-----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO:** - Iniciando este período, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, colocou à consideração da mesa, e por motivos de agenda, que a parte “não pública” da próxima reunião (28/11), fosse antecipada para as dez (10) horas, mantendo-se a parte de “intervenção ao público” às dezassete horas e trinta minutos (17h 30m), tendo os Vereadores do PSD manifestado impossibilidade de estarem presentes na parte da manhã, pelo que a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que atendendo ao comunicado por estes vereadores a reunião manter-se-ia à hora habitual.-----

-----Continuando, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, deu conta do Prémio que o Município recebera no final da semana passada, “Funchal – Município do Ano 2019”, atribuído pela Universidade do Minho, através da plataforma UM-Cidades. Referiu que “é um prémio do Município, mas também de todos os munícipes que têm contribuído para que o Funchal cresça nos seus projetos e ações e na melhoria da sua qualidade de vida. Somos todos responsáveis por este prémio e em particular todos os trabalhadores desta Autarquia que todos os dias fazem um esforço para que as

condições de vida de todos melhorem. Este prémio foi atribuído no âmbito do projeto “Funchal Destino Acessível”, que é algo que este Executivo tem vindo a trabalhar no que diz respeito à existência de uma cidade inclusiva e virada para todos, sendo mais um grande reconhecimento de um conjunto de políticas públicas inclusivas, que ao longo dos últimos anos apontaram o Funchal como uma cidade verdadeiramente para todos, incluindo a melhoria de acessibilidades no Teatro Municipal, com a criação de lugares para pessoas com mobilidade reduzida, assim como as obras que estão a decorrer no Museu de História Natural irão contemplar melhores acessibilidades, com instalação de um elevador. Também ao nível de intervenções públicas, nomeadamente com o rebaixamento de passeios e melhoramento de passadeiras entre um conjunto de intervenções nesta área”.

----- - Intervindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou se existia alguma estimativa do número de trabalhadores portadores de deficiência a trabalhar na Autarquia, ao que o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, respondeu que seriam cerca de trinta e seis.-

-----Retomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, a este propósito, acrescentou que, no passado, a Câmara Municipal do Funchal, era considerada como tendo por boas práticas o número de deficientes que incorporava nos seus quadros.

----- - Intervindo a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu: “Este prémio tem a ver com o “Funchal, Destino Acessível”. Este Executivo tem desenvolvido imenso trabalho na área das

acessibilidades. Refiro-me, por exemplo, à Cultura, onde temos tornado acessível o acesso às obras colocadas tanto no Museu Henrique e Francisco Franco, com os áudio guias, ou no Museu a Cidade do Açúcar, com as réplicas para poderem ser apreciadas por pessoas cegas. Na área do Turismo, sugerimos percursos diversos, consoante o tempo ou a capacidade de mobilidade das pessoas. Claro que nesta área faz-se muito, mas fica sempre muito por fazer. Também as ações que temos levado a cabo na área da mobilidade, como por exemplo o que se fez na Rua Fernão de Ornelas, devolvendo o espaço público às pessoas ajudaram o Funchal a ganhar não só o prémio nesta área, como também a ganhar o prémio geral de Município do ano.”-----

-----Prosseguindo, e sobre outra questão, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu que “no dia 30 de novembro celebra-se o Dia Internacional das Cidades Educadoras e o Funchal. O Funchal desde 2014, pertence à Rede Internacional das Cidades Educadoras e também à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, desenvolvendo amplo trabalho nesta área. O tema deste ano, é “Escutar a Cidade para a Transformar”. Vamos dar visibilidade a este conceito de Cidade Educadora durante uma semana, começando a 25 de novembro e terminando a 29. Um dos aspetos mais importantes deste projeto das Cidades Educadoras é a importância da participação das pessoas na tomada de decisão. Desenvolver instrumentos que estimulem a cidadania, a capacitação e o empoderamento. O programa está disponível, quer

no Site, quer no Facebook da Câmara, (entregando um exemplar do programa). Tentou-se que, todos os dias, houvesse um tema ligado com a cidade. Logo no dia 25 de novembro, haverá uma conversa sobre Igualdade e Preconceitos com jovens de várias escolas e com a população que o desejar. Sendo também este o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, à semelhança de outros anos, realizar-se-á uma marcha, com início às 16:30h na Praça do Município e término no Teatro Municipal Baltazar Dias, onde estará uma instalação alusiva a este tema. Na 3ª feira, haverá uma conversa com o Presidente da Câmara, sobre as Cidades Educadoras, na 4ª feira, uma conversa sobre os temas da Cidadania e Participação, na 5ª feira sobre os Carros e Casas na Cidade e na 6ª feira à tarde, haverá uma Conferência sobre a Cidade como um território de aprendizagem.”--

----- - Intervindo, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se a entrega das Bandeiras EcoEscolas era realizada em parceria com a Secretaria Regional de Educação, ao que a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu que essa entrega seria do Município às Escolas do Concelho.-----

----- - Intervindo novamente e sobre este tema, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, abordou ainda o lançamento de um jogo sobre as questões ambientais e que provém de um projeto europeu que o Centro Comunitário de Santo Amaro terá com vários países e que foi adaptado à realidade da Madeira.-----

----- - Usando agora da palavra, o Vereador João Pedro Vieira, da

Confiança, começou por referir os vários prémios já conseguidos. Disse depois que “este prémio de Município do Ano, é um exemplo do trabalho que tem sido realizado nos últimos seis anos. O Município do Funchal receberá nos dias 28, 29 e 30 de novembro o XX Congresso da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto. Pela primeira vez realizado fora do território continental, o XX Congresso da APOGESD traz ao Funchal, gestores, investigadores e decisores de renome nacional e internacional que proporcionarão momentos de reflexão, debate e aprendizagem em torno da temática dos «Impactos e desafios do desporto na gestão do território» e que resulta da forma como o Município encara as iniciativas desportivas no concelho, num esforço por parte deste Executivo em promover o financiamento ao associativismo, dando um maior relevo às entidades que procuram de forma dinâmica trazer eventos desportivos nacionais e internacionais à cidade do Funchal”.

-----Continuando, este mesmo Vereador, e em relação à notícia publicada, nesse dia, sobre o Mercado dos Lavradores, deu conta da confirmação do que já seria expectável, que foi o caso da candidatura aceite à linha de apoio do Turismo de Portugal, na área da sustentabilidade, a fim de ser iniciado um projeto de preservação, requalificação e dinamização do Mercado dos Lavradores e que permitirá o investimento de trezentos mil euros naquele edifício. Recordou que “em 2018, foi revitalizado a zona das floristas. Este ano será ainda efetuado a adaptação de um

espaço para um posto de turismo no segundo andar do edifício e em 2020 será o arranque destas obras de requalificação da Praça do Peixe, com a criação de um núcleo museológico em torno dos poços do mercado que serão conservados e preservados e visitáveis. As bancas de venda também serão requalificadas com melhores condições de trabalho para todos os comerciantes e será criada uma nova zona técnica de trabalho. Refiro ainda que foi aprovada também a requalificação da rede de saneamento básico e da rede elétrica e que irão permitir novas condições de trabalho, reforçando que todos os comerciantes foram envolvidos na elaboração deste projeto. O Mercado celebra, na próxima terça-feira, o 79º aniversário e o projeto será desenvolvido com base neste financiamento e será discutido e analisado pela vereação, estando prevista, paralelamente, em 2020, a revisão do regulamento dos Mercados, sendo que os concursos serão lançados muito em breve, estando já disponível o reforço de recursos humanos, que foi deliberado na semana passada. Interessa sobretudo a requalificação, mantendo a tradição e salvaguarda do património e nada no projeto, colocará em causa a classificação patrimonial que já existe nem a que poderá advir, na sequência da aprovação na Assembleia Legislativa Regional de um projeto de resolução, reforçando que não haverá nenhuma alteração estrutural no edifício, que para a concretização da elaboração deste projeto será efetuado também com o apoio não só dos comerciantes, mas também com o apoio do Conselho Consultivo

para o Comércio e Serviços e que a Câmara pretende tornar uma realidade”.-----

----- - Intervindo, de novo, a Vereadora do PSD, Rubina Leal, questionou se este projeto era novo, atendendo a que teria ideia que já havia um projeto anterior, ao que o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que “o que foi apresentado anteriormente, foi um estudo prévio e que deu azo a esta candidatura e, parte do valor financiado, é para conceber as diferentes etapas do projeto e que contempla o projeto de arquitetura e de especialidades e serão presentes todos os elementos do mesmo antes de serem implementados para quaisquer esclarecimentos. Acrescento ainda que o financiamento será de 80% rondando os 300 mil euros”.-----

----- - Fazendo a sua intervenção, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, questionou acerca do prazo de execução, ao que o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, respondeu que o prazo seria de um ano, mas que iria precisar e confirmar essa informação, acrescentando ainda que a viabilização do Orçamento municipal, permitirá esse investimento.-----

----- - Intervindo, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, questionou: “Onde é que este investimento está vertido, no Orçamento?”, ao que o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, respondeu que constava no Orçamento não sabendo precisar, no entanto, a rubrica.-----

----- - Usando da palavra e relacionado com uma notícia



veiculada no dia anterior, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, questionou acerca dos edificios que irão surgir na Zona Velha, ao que o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou que efetivamente fora recebido um pedido para um projeto de licenciamento destinado a uma unidade hoteleira, mas que não fora ainda analisado, pois foram solicitados, em primeiro lugar, os pareceres externos, pelo que não poderia tecer qualquer informação sobre este pedido.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, e relativamente ao abaixo assinado, entregue há duas semanas, dos comerciantes e moradores da Rua do Carmo, questionou o ponto de situação e se a Câmara estaria a diligenciar alguma alteração naquele quarteirão.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, informou que o pedido estava sendo analisado, nomeadamente, os sentidos das vias e a rede semaforica, referindo, no entanto, que já havia sido explicado, anteriormente, as razões para estas alterações.-----

-----Seguidamente, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, reforçou que seria importante a Câmara tomar algumas medidas sobre esta questão, nomeadamente antes da época natalícia.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Joana Silva, do PSD, e relativamente à listagem dos prédios devolutos, e por já ter terminado o período de reclamações, questionou sobre o número de reclamações e o teor das mesmas, ao que o Vereador João Pedro

Vieira, da Confiança, disse que, brevemente, a listagem seria presente a reunião, informando que foram recebidas mais de cem reclamações e que poderiam fornecer informação mais detalhada numa próxima reunião, tendo o Vereador Bruno Martins, da Confiança, acrescentado que, “neste período, também o número de projetos de licenciamento aumentou”.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora do PSD, Joana Silva, questionou o ponto de situação do crematório do Vasco Gil, dado que em dois mil e dezassete, aquando de uma visita ao canil municipal, durante a campanha, foram informados que o crematório estaria a funcionar, mas as indicações entretanto recebidas, é de que continuava sem licença e não poderia haver utilização por parte dos munícipes.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que “o crematório está a funcionar apenas internamente porque está a decorrer o processo de licenciamento do canil. Estamos também a aguardar a revisão do regulamento de taxas do município, de forma a serem integradas as taxas para utilização do crematório por parte dos munícipes, reforçando um conjunto de obras de melhoramentos efetuadas no canil e a criação do gatil, e só depois das obras concluídas foi possível dar início ao processo de licenciamento. Numa próxima reunião poderei fornecer dados mais precisos sobre a situação”.-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, lembrou que há cerca de uma ano, decorreram obras nas

Ruas do Bom Jesus e Dr. Fernão de Ornelas e muitos comerciantes ainda se queixam dos inconvenientes das mesmas, além do facto de terem demorado mais que o previsto. Disse que “na altura, foi proposto pelo PSD, um mecanismo de compensação na medida do que era possível para a Autarquia, para poder compensar parte dos prejuízos. Questiono o ponto de situação acerca desse mecanismo de compensação, nomeadamente quantos pedidos foram recebidos, qual o valor, e se houve de facto alguns comerciantes que solicitaram a isenção de taxas e se obtiveram resposta”.-----

----- - Intervindo, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, assumiu o compromisso de ser efetuado um levantamento desta situação. Acrescentou ainda que “a Câmara cumpre com tudo aquilo que é aprovado em reunião de Câmara e com aquilo que é comunicado como sua intenção. Ainda bem que o Vereador Jorge Fernandes é porta voz, nesta reunião, das queixas dos comerciantes da Rua do Bom Jesus e da forma de como estes se sentem prejudicados. Todo este Executivo concorda que os comerciantes têm queixas legítimas para se sentirem prejudicados quando o Governo Regional, numa atitude discriminatória para com os comerciantes desta rua, ignora a colocação de iluminação de Natal na mesma, e cujos comerciantes deram nota disso, esta semana, num processo que é liderado pela Vice-Presidência do Governo Regional a que o Senhor Vereador está afeto noutras funções, esperando, que na sequência desta reunião e do consenso

que existe nesta mesa, de que os comerciantes da Rua do Bom Jesus têm razões de queixa do tratamento diferenciado dado pelo Governo Regional quanto à iluminação, que seja portador desta mensagem ao Vice-Presidente do Governo Regional e que comunique que este Executivo concorda com os comerciantes da Rua do Bom Jesus, esperando ver colocada até o dia 1 de dezembro, iluminação naquela rua como aconteceu em todas as artérias da cidade”.-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, disse: “Primeiro, não somos pombos correio de ninguém. Em segundo lugar, reforço que as queixas dos comerciantes não são sobre essa questão e, como deveria saber, os contratos de iluminação são por dois anos e não é possível efetuar alterações. Em terceiro lugar, não existem iluminações este ano e nem houve no ano passado, porque a Autarquia, na sequência da intervenção que fez, simplesmente cortou as árvores que lá estavam, porque se não tivessem sido “abatidas” continuaria a haver iluminação nas mesmas. Quando à questão inicial e da competência da Autarquia, é a das isenções de taxas solicitadas pelos comerciantes”.-----

----- - Intervindo o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, referiu que “à semelhança do que acontece nas Ruas das Queimadas de Baixo e de Cima as iluminações não necessitam de ser colocadas nas árvores. O Vereador Jorge Fernandes disse não ser pombo correio do Governo Regional e admito que não seja, admitindo também que não seja, nesta reunião, defensor do

Governo Regional é sim defensor dos funchalenses e aquilo que espero é que, não sendo porta voz, se possa juntar a nós, numa manifestação de interesse deste Executivo e do Município em que o Governo Regional, que é sempre tão perspicaz na forma como consegue contornar os obstáculos de contratação. Refiro ainda que a Secretária Regional do Ambiente, denunciou na Assembleia Legislativa Regional, um crime que era do desconhecimento público, envolvendo esta Autarquia e a Frente MarFunchal, e não vi ninguém preocupado perante essas afirmações e denúncia de um crime, voltando a referir que o Governo Regional é muito expedito para encontrar soluções para procedimentos de contratação e da mesma forma que o Governo Regional encontra soluções para outros problemas da Região, com certeza o Governo Regional, à luz de outro procedimento de contratação, conseguiria resolver o problema da Rua do Bom Jesus, esperando que o Vereador Jorge Fernandes, dando resposta aos anseios e preocupações e a forma como os comerciantes e bem, sentem que foram discriminados na questão da iluminação, têm em todos nós bons interlocutores e é para isso que estamos aqui disponíveis para resolver os problemas”.

-----  
----- - A Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, referiu que será fornecida a listagem conforme pedido, mas reforçou que as obras na Rua do Bom Jesus foram importantes e necessárias, não só pelas questões de saneamento básico e de água potável, e que todos os comerciantes ficaram agradecidos com as beneficiações

que as obras criaram. Relativamente às árvores disse que são resultado de um trabalho de planeamento, existindo ainda muitos casos de árvores que estão em conflito com prédios e com infraestruturas no subsolo, terminando com a referência que as iluminações poderão ser colocadas em postes metálicos, não necessitando das árvores, existindo muitos exemplos destes na cidade.-----

-----Intervindo novamente, o Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, voltou a referir que a questão colocada foi relativa aos pedidos de isenção de taxas e que são da competência da Autarquia.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, questionou diretamente a Vereadora Rubina Leal, do PSD, da seguinte forma: “Uma vez que manifesta, várias vezes, tanto desagrado nestas reuniões, quando mencionamos algumas ações que o Governo Regional toma e que consideramos lesivas para os interesses da cidade, gostava de perguntar se como deputada à Assembleia Legislativa Regional, costuma manifestar o seu desacordo por, constantemente, ações e assuntos da Câmara Municipal do Funchal, serem chamados à Assembleia Legislativa em momentos como discussão de programas de governo. Gostaria de saber qual a sua posição quando é mencionada a Câmara Municipal do Funchal?”-----

----- - Em resposta, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, referiu que “as reuniões do Executivo camarário não servem para questionar

os Vereadores sobre as suas posições noutros fóruns e não vou responder a essa questão numa reunião de Câmara, pois não é de todo pertinente nem adequado sobre a minha ação pessoal e profissional noutros fóruns.”-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, e na sequência de uma iniciativa conjunta entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia, referente à identificação e vacinação dos canídeos, campanha essa, que em sua opinião, torna-se muito importante atendendo ao facto de cada dia mais haver um frequente abandono de animais, disse que em junho do ano em curso, fora publicado um decreto-lei no qual os outros animais de companhia, nomeadamente, gatos e furões, também deveriam ser registados. Uma vez que esta campanha já se iniciou, após a publicação desse decreto-lei, questionou se a mesma não poderia ser alargada a estes animais, mormente ao nível da identificação.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu: “Esta campanha é de vacinação, registo, colocação de chip e desparasitação dos canídeos e vem na sequência de outras. Esta é a 5ª campanha com este objetivo o que não significa que não possa ser, no futuro, alargada aos gatos, mas que depende de um planeamento rigoroso devido aos meios disponíveis que são limitados, mas é uma ideia a equacionar.”-----

-----Continuando a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, reforçou que o registo dos gatos já era obrigatório mas que a

população ainda não estava sensibilizada para esse facto.-----

-----Prosseguindo, esta mesma Vereadora, disse ter conhecimento da existência de um protocolo com a AMRAM, para a esterilização dos animais errantes, questionando se a Câmara tem previsto algum protocolo para apoio à esterilização dos animais não errantes, como forma de prevenir o abandono de mais animais.-----

----- - Sobre esta questão, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou: “Efetivamente existe um protocolo com a AMRAM para esterilização dos animais errantes. Existe também um protocolo com a AMAW, onde as pessoas podem esterilizar os gatos. Quero referir que todos os cães que estão no canil estão esterilizados. Relativamente aos cães não errantes, esta terá de ser uma questão bem analisada ao nível legal, de forma a não haver concorrência ilegal às clínicas particulares”.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, questionou se estão a receber mais animais no canil do Vasco Gil, atendendo a que obteve informação que o canil não recebe mais.-----

----- - Em resposta, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo informou que o canil estava sobrelotado, apesar das obras de ampliação realizadas, tendo apenas um espaço reservado para acolher os animais considerados perigosos e por ordem do tribunal ou sinalizados pela PSP ou GNR, reconhecendo que é uma gestão difícil. “Têm sido feitas ações de sensibilização nas escolas e noutros locais a alertar para estas questões do abandono dos animais, mas ainda existe um longo caminho a percorrer”,



sublinhou.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora Paula Menezes, do PSD, referiu que “a identificação dos animais é uma medida muito positiva porque permite identificar o proprietário numa situação de abandono. Porém, muitas vezes, o que se verifica é que as pessoas não abandonam os animais porque querem, mas sim porque não têm meios para mantê-los e a esterilização, neste aspeto, evita, sendo uma medida preventiva para minimizar a questão da sobrelotação do canil e nos gatos verifica-se cada vez mais esta situação, com a existência de grandes colónias”.-----

----- - Intervindo novamente, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que a esterilização era o caminho mais certo mas ainda levará algum tempo até que seja implementada de forma a dar resultados eficientes.-----

----- - Finalizando, a Vereadora Ana Rita Gonçalves, do CDS/PP, deixou na mesa a ideia de um apoio ou participação aos municípios para tal.-----

#### -----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

**1 – VOTO DE LOUVOR:**-----

----- - **Voto de Louvor a João Carlos Abreu pelo prémio Europeu “Lorenzo il Magnífico”, atribuído pela Academia Internacional Medicea** – Submetida pelos Vereadores do PSD, foi

presente, e unanimemente aprovado, o Voto de Louvor, que se transcreve:-----

---“No passado dia 7 de novembro, foi revelado que um dos agraciados com o prémio Europeu “Lorenzo il Magnífico” é o madeirense João Carlos Abreu, nascido no Funchal a 5 de dezembro de 1935. Esta consagração deve-se a um extenso e meritório trabalho em prol da Cultura e do Turismo, que teve impacto em toda a Comunidade Europeia. A importância desta distinção é tal, que no lote das figuras premiadas, encontram-se personalidades como Simone Veil, a primeira mulher presidente do Parlamento Europeu, Humberto Eco, Óscar Niemeyer, entre muitas outras figuras notáveis que contribuíram de forma decisiva para a evolução da nossa sociedade, como por exemplo Dario Fo e Carlo Rubbia agraciados, respetivamente, com os prémios Nobel da Literatura e da Física. Este prémio enche de orgulho todos os nossos concidadãos, na medida em que o trabalho que João Carlos Abreu levou a cabo na nossa Região, e muito em particular na cidade do Funchal, colocou-o na vanguarda da cultura e do turismo, sendo reconhecido internacionalmente por um legado absolutamente inigualável nestas duas áreas. João Carlos Abreu deixa uma marca indelével na história da Região Autónoma da Madeira, que perdurará sempre na memória de todos os madeirenses e porto-santenses, ficando a dever-se a este nosso conterrâneo o concetual para a revitalização e dinamização da Zona Velha do Funchal, que ajudou a implementar, e que hoje é

um dos maiores expoentes internacionais de uma reabilitação urbana, tendo por base um foco eminentemente cultural. De tão extensa que é a sua obra, revela-se impossível discorrer sobre todos os méritos deste ex-Secretário Regional do Turismo e Cultura entre 1984 e 2007, ou seja, 23 anos. No entanto, é justo destacar algumas das suas mais notáveis criações e inovações. A ele se deve um conjunto de certames e festividades que se apresentam como ex-libris da nossa Região. A Festa da Flor e do Vinho, tal como a conhecemos, é uma criação de João Carlos Abreu. Um dos maiores cartazes turísticos regionais, o Carnaval, é também realizado nos mesmo moldes que este destacado funchalense idealizou e implementou. O Encontro Regional de Bandas, o Muro da Esperança, e o já extremamente reputado Festival do Atlântico, são outras das iniciativas que criou. Salienta-se ainda, como sendo uma criação da sua autoria, o Centro de Estudos de História do Atlântico, que foi implementado com o decreto legislativo regional n.º 20/85, de 17 de setembro, uma estrutura integrada na Secretaria Regional do Turismo e Cultura. Fazendo-lhe justiça, não há no nosso arquipélago, figura tão proeminente, que quebrou barreiras, com um espírito inovador e ainda sendo visto como um dos raros homens à frente do seu tempo. João Carlos Abreu é responsável por abrir mentalidades, mostrando que a evolução de uma sociedade também se mede, em larga medida, pelos avanços culturais. Para além do papel governativo que desempenhou, a sua obra consubstancia-se num papel social muito forte, sendo

presidente da CRIAMAR, uma IPSS que é responsável por educar as novas gerações, os jovens mais carenciados, providenciando-lhes oportunidades que de outra forma não as teriam. Face ao exposto, pelo prêmio que lhe é atribuído, e sobretudo por todo o seu trabalho que beneficia a Madeira, e a nossa cidade, os Vereadores do PSD Madeira à Câmara Municipal do Funchal, propõem um voto de louvor a João Carlos Abreu”.-----

--- - Relativamente a este Voto de Louvor a Vereadora Madalena Nunes, referiu que a vereação da Confiança, junta-se a este voto de louvor, reconhecendo o trabalho de elevada qualidade e criatividade de João Carlos Abreu, desenvolvido na área do Turismo, como se pode ler na proposta do PSD. “Aliás, percebe-se bem que são as suas ideias, enquanto Secretário Regional do Turismo, que ainda hoje o Governo Regional coloca em prática, não inserindo outro tipo de atividades turísticas para além das que ele introduziu. A vereação da Confiança gostaria de realçar algo mais que não fica explícito na proposta do PSD e que é a notável sensibilidade de João Carlos Abreu para a Cultura, que tem demonstrado ao longo de toda a sua vida e que tem revelado no apoio a diferentes iniciativas artísticas. A poesia é um dos seus amores de eleição, trabalhando-a ele próprio e ajudando crianças e jovens a desenvolverem esse gosto e essa competência desde muito novos. Relembro, por exemplo, o CriaPoesia, da CRIAMAR, que a CMF costuma apoiar de forma intencional. É um festival que desenvolve o trabalho no âmbito da poesia com diferentes escolas

Região e de fora dela, terminando na cidade do Funchal, com um encontro de trabalho e convívio entre todos os alunos e alunas da Madeira e de fora que tenham participado no festival. E tem sido João Carlos Abreu o grande incentivador de mais esta iniciativa de carácter cultural. Tem obra de relevo na área da poesia, estando presente em diferentes coletâneas e acaba por ser mais reconhecido e homenageado como poeta e escritor fora da sua terra do que dentro. Relembro a antologia da sua obra poética que o Governo de Canárias editou este ano ou as homenagens que tem tido na Região Autónoma dos Açores, ou ainda este prémio europeu, “Lorenzo, il Magnifico”. Este é um voto de louvor merecido e que a vereação da Confiança subscreve, mas que ainda peca pela ausência de uma homenagem em vida à sua obra, por parte do Governo da sua própria Região”, frisou.-----

--- - Intervindo a Vereadora Ana Rita Gonçalves, disse que o CDS/PP, também subscreve o Voto de Louvor a João Carlos Abreu.-----

---Neste momento, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação dos restantes pontos.-----

## **2 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO:**-----

----- - **Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município do Funchal e a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e**

**Participação:** - A Câmara aprovou, por unanimidade, a proposta de deliberação que abaixo se transcreve, subscrita pelo Vereador

da Confiança, João Pedro Vieira, bem como a minuta do protocolo que dela faz parte e que se junta, por fotocópia, à presente ata como Anexo (A):-----

---“**Considerando que:** O “Portugal Participa” começou por ser um projeto para a promoção de processos de democracia participativa no país, financiado pelo Programa Cidadania Ativa, através de recursos do fundo monetário europeu EEA Grants. A Rede de Autarquias Participativas (RAP) surgiu no âmbito deste projeto, afirmando-se como a primeira estrutura colaborativa em Portugal destinada a congregar as autarquias comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local. **Considerando que** são objetivos da Rede de Autarquias Participativas: a) Promover a democracia participativa a nível local, assegurando o envolvimento dos eleitos, dos técnicos e dos cidadãos; b) Facilitar a troca de experiências, fortalecendo as práticas em curso e ampliando a novos mecanismos de envolvimento dos cidadãos na gestão pública nas autarquias; c) Promover a capacidade dos diversos atores envolvidos nos processos participativos; d) Criar, alimentar e divulgar um sistema de informação atualizada sobre os mecanismos de democracia participativa no país; e) Reforçar a gestão pública transparente, assegurando a produção de informação de fácil utilização e a compreensão por parte de todos os cidadãos; f) Ampliar a RAP através da incorporação progressiva de novas autarquias comprometidas com a democracia participativa; g) Estabelecer

intercâmbio com organizações, tais como ONG, universidades e outras entidades comprometidas com estas matérias; h) Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novos mecanismos e divulgando as práticas desenvolvidas em Portugal. **Considerando que** a estrutura da Rede de Autarquias Participativas por decisão dos seus membros, funciona como uma plataforma colaborativa, sem figura jurídica legal, composta por quatro órgãos: a) Assembleia de Membros Efetivos (exclusiva para as autarquias formalmente aderentes); b) Presidência constituída por um Presidente, dois Vice-Presidentes e dos Vogais; c) Secretaria Técnica (a cargo da Associação Oficina); d) Membros Associados, correspondentes a outras entidades que pretendam colaborar com a mesma (nomeadamente Universidades, ONG, Empresas, entre outros). **Considerando que** constituem direitos dos membros efetivos: a) Participar em todas as ações da RAP; b) Partilhar contributos para o possível desenvolvimento de ações; c) Auferir de todos os benefícios e serviços proporcionados nas condições que forem estabelecidas; d) Candidatar-se e votar para constituição da Presidência; e) Participar nas Assembleias, reuniões para que forem convocados e/ou noutras iniciativas para deliberar sobre a RAP; f) Propor a admissão de novos membros ou protocolos de colaboração; g) Ser informado sobre as atividades e progressos realizados, e também sobre o relatório de contas; h) Candidatar-se ao Prémio de Boas Práticas de Participação. **Considerando que**

constituem deveres dos membros efetivos: a) Nomear um interlocutor técnico e político da autarquia nos contactos com a RAP, e informar em caso de alterações dos mesmos; b) Contribuir para a promoção e desenvolvimento das ações da RAP; c) Trabalhar na defesa dos interesses da RAP, colaborando nas ações necessárias para boa prossecução dos seus objetivos; d) Contribuir com o pagamento de um apoio financeiro ou outros, se assim for deliberado pelos membros; e) Respeitar as deliberações da Assembleia de membros e da Presidência; f) Exercer com zelo, dedicação e eficiência as funções para que forem eleitos ou designados. **Considerando que,** A adesão só é efetivada depois de formalizada a inscrição e assegurada a contribuição anual, definida no montante de € 950,00 (novecentos e cinquenta euros), no caso dos Municípios. A comparticipação de cada membro visa ajudar a suportar os custos de funcionamento e desenvolvimento das atividades da Rede de Autarquias Participativas, de que todos são beneficiários. No âmbito da Assembleia-Geral da Rede de Autarquias Participativas, que decorreu no passado dia 21 de outubro, foi comunicado a mudança de Secretaria Técnica da Rede, que deixará de estar a cargo da Associação In Loco e passará a ser assegurada pela Associação Oficina, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2020. As alterações a registar por esta mudança são essencialmente as seguintes: i) mudança de entidade com a qual as Autarquias celebram o protocolo de colaboração; ii) contactos da Secretaria Técnica. Por este motivo. É necessário celebrar novo



protocolo de colaboração com a entidade agora responsável pela Secretaria Técnica da rede de Autarquias Participativas, a Associação Oficina, com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2020. A contribuição traduz-se numa comparticipação à Associação Oficina que, na qualidade de Secretaria Técnica, é responsável por manter um serviço de organização e dinamização das atividades da rede de Autarquias Participativas. A comparticipação poderá ser realizada segundo procedimento a definir pela autarquia aderente, adiantando a Secretaria Técnica a possibilidade de enquadramento da despesa através da assinatura de um protocolo de colaboração entre o membro e a Associação Oficina, de acordo com a minuta disponibilizada no Anexo I. Assim, proponho que a Câmara Municipal do Funchal, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no uso da competência prevista na alínea u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013. De 12 de setembro, delibere a aprovação do Protocolo de Colaboração com a Associação Oficina, conforme documento que constitui o Anexo I à presente deliberação e que dela faz parte integrante”.-----

--- - Intervindo, a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou se teria havido uma alteração ao protocolo ou se fora só uma troca de associação, ao que o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, informou que o protocolo era igual e confirmou que fora alterada a associação.-----

--- - Colocada à votação, foi aprovada, por unanimidade.-----

**3 – PAGAMENTO DE DÍVIDAS EM PRESTAÇÕES:** - Perante o requerimento da Empresa José Alberto F. Câmara e R. S. Soc. Unipessoal, Lda. (proc.º 49890/2019), solicitando o pagamento em seis (6) prestações mensais da dívida no valor de € 1.558,67 (mil quinhentos e cinquenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos), referente às taxas de publicidade e ocupação da via pública, bem como o perdão de juros de mora, do estabelecimento denominado “O Portão”, situado à Rua do Portão de São Tiago, número cinco, freguesia de Santa Maria Maior, a Câmara, em função da informação da Divisão de Contabilidade e Finanças (datada de 2019/11/12) deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento do pedido em prestações mas sem o perdão dos juros de mora.-----  
----- - Acompanhado da informação da Divisão de Contabilidade e Finanças (datada de 2019/11/12), foi presente o requerimento de “Legends e Styles, Lda.” (proc.º 49195/2019), solicitando o pagamento em prestações mensais, da dívida de € 2.362,11 (dois mil trezentos e sessenta e dois euros e onze cêntimos), referente às taxas de publicidade e ocupação da via pública, do estabelecimento denominado “Theo’s Bazar”, situado à Avenida Gonçalves Zarco, número dois, freguesia da Sé, tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, aprovar.-----  
----- - Relativamente ao pedido formulado pela Empresa “Época de Conquistas, Lda.” (proc.º 33517/2019), para o pagamento em seis (6) prestações, do valor da dívida de € 3.660,62 (três mil seiscentos e sessenta euros e sessenta e dois cêntimos), referente às taxas de

publicidade e ocupação da via pública, a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação da Divisão de Contabilidade e Finanças (datado de 2019/11/15), aprovar.-----

**4 - SANEAMENTO BÁSICO:**-----

----- - **Pagamento de dívida em prestações:** - Acompanhado da informação de Águas do Funchal (datada de 07/11/2019) foi presente o processo de Keith Frederick Nelson (proc.º 38724/19), consumidor (número 486924), solicitando a retificação de fatura e pagamento em dez (10) prestações mensais, da dívida de € 2.615,95 (dois mil seiscientos e quinze euros e noventa e cinco cêntimos) correspondente ao consumo de água no prédio situado à Rua do Balancal, número vinte e um, freguesia de São Gonçalo, tendo sido unanimemente aprovado.-----

**ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, a Vice-Presidente da Câmara, Idalina Perestrelo Luis, deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão – Loja do Município, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

-----

-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 628/2019, publicada nos locais de estilo.